

A SONOLÊNCIA DA RAZÃO*

José Luiz Fiori**

"Não há qualquer dificuldade técnica acerca de como acabar com a inflação. Os verdadeiros obstáculos são políticos e não técnicos."

Milton Friedman, 1963.

"(...) a inflação não é um problema técnico, mas sim fundamentalmente político".

Raul Prebisch, 1949.

O fenômeno não é rigorosamente novo, mas hoje talvez seja o responsável por essa imensa sonolência intelectual que tomou conta do País. Um misto de impotência e tédio da razão crítica frente à mediocridade do debate intelectual e do consenso ideológico que ocupa o dia-a-dia dos que ainda tentam "organizar os fatos", ou mesmo discutir o que seja a última "descoberta" da praça: a de que "o problema econômico brasileiro é político e não econômico".

Já faz um século que Silvio Romero e José Veríssimo, no exercício da crítica à nossa literatura de "arremedo", abriram o caminho que permitiu, mais tarde, a Antônio Cândido e Roberto Schwartz, entre outros, acertarem em cheio na fragilidade cultural de nossas elites, isto é, sua vocação copista. Premidas entre o cosmopolitismo de salão e um provincianismo imposto pelas condições de atraso e periferia do País, viveram quase sempre de idéias transpostas e usadas, em geral — este o problema —, "fora do seu lugar", sendo desnecessário relembrar quantos, desde antes de nossa Independência, já denunciaram o papel instrumental e subsidiário das folhas públicas nacionais na transformação de certas idéias em consensos básicos que conformam o nosso senso comum.

Mas nenhum daqueles críticos, mesmo os mais airados, poderiam imaginar, ainda que fosse depois de ler os **Pensées Detachées** de Nabuco ou as **Cartas da Inglaterra**

* Este texto foi recebido pelo Editor em 02.12.91.

** Cientista Político, Professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de Rui, que muitos anos mais tarde o pensamento de nossas elites (neste momento expressado quase que só em uma monótona clave econômica) pudesse chegar ainda mais longe em seu embevecimento pelas idéias alheias. Mas vamos aos fatos.

John Williamson, economista norte-americano, cunhou em 1990 a expressão "consenso de Washington" para referir-se a um conjunto de idéias econômicas e políticas que condensam e traduzem para a periferia capitalista o que foram as idéias neoconservadoras ou neoliberais, hegemônicas em quase todo o mundo capitalista, durante os anos 80.

Williamson chamou esse pacote de idéias de "consenso de Washington", por constituir-se no núcleo central da política econômica externa do governo norte-americano e por ter se transformado em condicionalidade explícita do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para a renegociação das dívidas externas — e para a readmissão no sistema financeiro internacional — dos países que apresentam hoje problemas em seus balanços de pagamento e em suas contas públicas.

O que chama atenção na nova ideologia econômica não é o seu conteúdo, extremamente simples e pouco inovador, é a rapidez com que se transformou em receituário, posto à disposição em qualquer documento burocrático ou em editorial da grande imprensa, em versão única, seja no Sudão, no Zaire, na Malásia ou na Bolívia. De tal forma que, como não poderia deixar de ser, também no Brasil, desde a segunda metade dos anos 80, se transformou para nossas elites econômicas, políticas e intelectuais em um novo e verdadeiro "elixir da felicidade", capaz de tirar o País de sua prolongada estagnação.

Traduzido em miúdos, tal como aparece exposto no **The Economist** de outubro deste ano, o "consenso de Washington" propõe aos países em crise a necessidade imediata de um programa de "ajuste" macroeconômico ou de estabilização monetária; seguido de um pacote de reformas "estruturais" indispensáveis à retomada do desenvolvimento.

Uma espécie de "blended" que combina o velho programa monetarista defendido pelo Fundo Monetário Internacional, desde os anos 50, com um programa de reformas institucionais, recortadas segundo o figurino neoliberal da escola da "**public choice**", voltado à eliminação do Estado intervencionista e à abertura e à desregulação das economias industrializadas pela via da substituição das importações. Dando-se como suposto que esse conjunto de políticas e reformas seria capaz de repor esses países no caminho de um desenvolvimento que, nas palavras de Milton Friedman, reapareceria espontaneamente como um

"(...) processo em que existem incentivos generalizados para que as pessoas individualmente façam qualquer coisa para mover a produção no futuro em vez de simplesmente consumirem no presente (...)" (Friedman, 1963).

Como se pode ver, trata-se de um "consenso" que hoje já dispensa apresentação na América Latina, desde que, já há algum tempo, nosso espaço ideológico se encontra saturado dessas idéias e receitas coincidentes com os programas econômicos em curso no México, na Venezuela, no Chile, na Bolívia, na Argentina e no Peru, entre os mais significativos exemplos. Uma coincidência de idéias que não é evidentemente casual e que só tem se ampliado na medida em que vão sendo ouvidas as recomendações feitas por S. Fischer e I. Husain, economistas do Banco Mundial, com relação ao

comportamento a ser adotado por Washington frente aos países que ainda não se "ajustaram":

"(...) do jeito que as coisas estão agora, eles serão deixados de fora da estratégia de fortalecimento em relação à dívida e continuarão a carregar o pesado custo desta até que atinjam a **vontade política** para adotar as medidas de ajustamento necessárias. Para esses países, a questão principal é persuadi-los a adotarem mudanças políticas permanentes e com credibilidade, que possam fazê-los merecedores da redução da dívida e de seus encargos" (Fischer & Husain, 1990).

De tal maneira o poder de persuasão do argumento que já foi possível a um funcionário do FMI comemorar recentemente esta "verdadeira revolução intelectual na América Latina", a qual tem convertido nossas elites à convicção de que não há outro caminho possível para este continente.

Não surpreende, e nem é original nesse sentido, a política econômica que vem sendo tentada pelo Governo Collor desde o primeiro dia de sua posse. Ela tem sido perfeitamente consistente e coerente, a despeito de algumas "excentricidades" e recuos temporários, provocados pelo justificado receio frente a seus efeitos recessivos.

Rebatizada com o nome local de "projeto de modernização sócio-liberal", ela tem sido fiel às orientações propostas pelo "consenso" de que nos fala Williamson. E hoje, para o seu eventual sucesso, espera e depende quase integralmente da resposta positiva por parte de Washington. Tudo por aí parece estar tramitando, sem maiores novidades, pelos caminhos normais da aceitação e da moderação. Devendo-se mesmo esperar que o Congresso Nacional aprove as reformas institucionais que compõem a segunda parte do pacote recomendado pelos nossos credores e que são defendidas pelo Governo como porta indispensável para a modernidade.

O que efetivamente vem surpreendendo nesse debate é a posição dos partidos políticos e de intelectuais que, alinhados com o projeto da modernização liberal, insistem em apresentar-se como alternativa, apelando para argumentos que nos parecem carentes de qualquer fundamento. Por exemplo, quando se negam a reconhecer que o Ministro Marcílio está realizando a política monetarista de estabilização mais ousada a que o Brasil já assistiu, mesmo que tenhamos presente a gestão Campos/Bulhões, de 1964. Não há nada que, suave ou bruscamente, o Ministro venha fazendo que possa estar em desacordo com as velhas "pilulas do Dr. Jacobson", como eram chamadas, nos anos 50, as recomendações monetaristas do FMI: limitação da oferta de moeda através da subida da taxa de juros; redução das despesas públicas, aumento das tarifas e reforma fiscal de emergência; liberalização total dos preços; desvalorização da moeda com vistas a incentivar as exportações; adoção progressiva de um sistema de taxas de câmbio flexíveis; e "last but not least", diminuição dos salários reais.

Surpreende igualmente as filigranas e os argumentos alusivos com que certos liberais, nos partidos e nas academias, atacam a reforma constitucional apresentada pelo Governo. Independentemente do atabalhoamento presidencial, deveriam reconhecer nessa proposta a absoluta fidelidade do Governo aos ideais comuns que o une ao "consenso de Washington". Nela não distoa e nem surpreende a opção restritiva no plano das políticas sociais, bem como a busca implícita da centralização de poder através da qual o Presidente tentou avançar por cima das resistências que vem encontrando, sobretudo no caso do Poder Judiciário.

Apesar do paradoxo aparente, são condições que nunca foram desconhecidas pelos pais da nova ideologia econômica e que estiveram presentes em todos os momentos dos tão festejados sucessos político-econômicos monetaristas e liberais de alguns países latino-americanos.

O mesmo devendo dizer-se, aliás, com relação aos efeitos perversos provocados, "colateralmente", pela terapia do choque monetário. Não há como explicar, nesse sentido, o entusiasmo de alguns de nossos intelectuais modernizantes com o Chile, o México, ou mesmo com a Argentina, e a forma como torcem o nariz frente à resistência inflacionária, ao achatamento dos salários, à queda dos investimentos, ao aumento do desemprego e ao avanço da recessão em curso. Como se tudo isso não tivesse a ver, ou não coubesse no receituário do ajuste monetarista e da modernização liberal, mesmo quando estes aparecem sob uma roupagem social-democrata.

Mais importante e menos hipócrita nos parece ser, neste momento, a descoberta, por parte de políticos, empresários e intelectuais, do problema das "condições políticas ou de poder" implícitas no projeto das reformas liberais. E isto, talvez, porque durante muito tempo foi "moeda corrente" nos debates entre economistas falar da Bolívia e de Israel sem mencionar a inexistência da indústria e da classe operária, num caso, e a hipermilitarização, no outro.

Também foi se transformando em algo natural, nas análises "post factum" sobre o Chile e o México, muitas vezes feitas por jornalistas e ideólogos entusiasmados, esquecer os 15 anos da ditadura do General Pinochet ou os 50 anos de controle autoritário da sociedade mexicana por parte do Partido Revolucionário Institucional como "variáveis de ajuste" absolutamente essenciais. Da mesma forma, fez-se lugar-comum comemorar o sucesso da pactuação social espanhola sem que se tenha dado muita atenção para o fato de que os pactos se deram, em sua maioria, antes do governo socialista de Felipe Gonzales. E que, além disso, foram amplamente descumpridos na maioria de seus tópicos; não impediram a extraordinária agitação social e sindical que acompanhou a transição; não evitaram uma prolongada recessão e um extenso desemprego; e, finalmente, que tiveram um papel limitado durante a fase do chamado "ajuste duro" e ortodoxo que, feito na primeira metade dos anos 80, antecedeu a retomada do crescimento a partir de 1985. Sem dizer do apoio, à época, de uma indiscutível maioria parlamentar.

Tudo isso talvez tenha contribuído para atrasar o reconhecimento da importância do que, genericamente, vem se chamando de fator político do ajuste econômico. Apesar de que, desde os anos 50, pelo menos, os monetaristas e os estruturalistas mais lúcidos já se dessem conta daquilo que, mais tarde, nos anos 80, acabou sendo a nova "economia política" da **"public choice"** transformada em lugar-comum do debate intelectual norte-americano, consagrando, assim, com mais de um século de atraso, o que os velhos "neoclássicos" de todas as ciências sociais resistiram em empreender e aceitar: a essencialidade da política para a análise econômica.

O problema, entretanto, está em que essa "recuperação" da política não tem o mesmo significado teórico e prático para os diversos interlocutores que a transformaram, nestes últimos tempos, em palavra mágica na justificação dos sucessos ou dos insucessos de seus modelos e fórmulas técnicas. É por esse caminho que ousaríamos dizer que essa redescoberta vem tendo um sinal muito mais negativo do que positivo, mesmo se não levamos em conta a visão mais vulgar dos que atribuem à política, e aos políticos, a responsabilidade por todos os males do País, chamem-se eles corrupção ou fisiologismo, cólera ou inflação.

Decantadas as diferenças de menor valor, podemos com toda a certeza agrupar as várias posições envolvidas neste debate central, e absolutamente contemporâneo, em torno a duas interpretações básicas e divergentes sobre a importância e o papel da política no sucesso ou no insucesso do ajuste e da reforma econômica, hoje em pauta na vida de quase todos os brasileiros.

Em resumidas contas, para os liberais, a "política" aparece para o seu programa monetarista como obstáculo; para as suas reformas institucionais, como necessidade indispensável de centralização ou acumulação do poder de imposição; e para o desenvolvimento auto-regulado do futuro, como uma presença a ser reduzida, até o ponto em que se transforme em mera administração de regras universais e permanentes, com capacidade de desobstrução dos processos sociais e econômicos de natureza monopolizante.

Segundo a visão ortodoxa corrente, os pequenos ciclos da atividade produtiva e da inflação que têm marcado este ano e meio de governo resultam da sua impotência frente às resistências dos empresários, dos trabalhadores e dos políticos, assustados com os eventuais efeitos catastróficos de uma recessão mais prolongada. E a decisiva postura atual do Ministro Marcílio aparece como afirmação da vontade de retroceder, uma vez mais, frente aos obstáculos que acabam assumindo, sempre, algum tipo de reação política, cuja última manifestação se deu na forma da tentativa de precipitação do plebiscito em torno ao sistema de governo. No diagnóstico governamental, faz-se imprescindível dobrar essas resistências para evitar a repetição dos ciclos que seriam cada vez mais custosos e inflacionários. Daí a idéia de Friedman de que os obstáculos à estabilização são políticos e não técnicos.

Da mesma forma, o Governo também percebe que, após a sua derrota nas eleições de outubro de 1990, ficou muito mais difícil aprovar no Congresso um pacote de reformas sociais e econômicas direcionadas no sentido de políticas sociais seletivas e de uma economia aberta e desregulada. Frente a isso, quando se fala hoje de um problema que é político, está se fazendo referência à necessidade de o Governo acumular forças, dentro e fora do Parlamento, para permitir o encaminhamento institucional de seu projeto de reforma liberal.

Neste ponto, situa-se um paradoxo que alguns antigos liberais não conseguem perceber ou fazem vistas grossas: sem um maior poder político nas mãos do Governo fica impossível desmontar as resistências políticas da sociedade e do Congresso Nacional. Paradoxo que assume forma ainda mais aguda quando se tem presente que a meta neoliberal aponta uma redução permanente da "interveniência política" na definição das regras do jogo e na alocação dos recursos, a serem feitas, conforme o seu repositório, exclusivamente pelo mercado. É esse o horizonte de longo prazo que, na visão liberal, será capaz de sustentar as expectativas até o limite em que viabilize o sucesso estabilizador de curto prazo.

Numa visão oposta, a política também tem uma importância decisiva neste como em qualquer momento da vida econômica, mas seu lugar e papel são completamente distintos. Em termos muito sintéticos, nesse caso, as resistências às medidas recessivas do programa monetarista e às reformas "estruturais" propostas pelo "consenso de Washington" não sinalizam eventuais "imperfeições" do mercado, a "mesquinha" ou o "corporativismo" dos agentes econômicos e sociais. Apontam, isto sim, "constelações de poder político" que expressam interesses e valores de grupos sociais e econômicos, opostos por uma trajetória de desenvolvimento que foi percorrida e que não pode ser destruída sem um altíssimo custo para a sociedade.

A questão política, nesse sentido, não se resume a um comportamento pouco patriótico de empresários que só pensam em lucros, ou de trabalhadores que só raciocinam corporativamente, ou ainda de políticos que vivem do cálculo eleitoral. Afinal, lucros, salários e votos são aspectos normais e perfeitamente éticos do comportamento desses três atores em uma sociedade capitalista e democrática.

Para os que partilham dessa visão do que seja o lugar da política nos processos de transformação social e econômica, a inflação é, desde as suas raízes, como diz Prebisch, um problema político mais do que técnico; as reformas institucionais têm que ser feitas obedecendo a uma negociação permanente entre as várias e indestrutíveis configurações de interesses existentes no País; e, finalmente, o horizonte de longo prazo, capaz de orientar a expectativa dos agentes econômicos na direção da estabilização e do crescimento, só pode resultar de um programa negociado de reajustamento estrutural e institucional, apoiado por uma coalisão de forças suficientemente forte e estável, a despeito de eventuais divergências internas.

Para os que se alinham com a posição de Prebisch, mais do que com a de Friedman, o ajuste estrutural da economia brasileira, se realizado de maneira democrática, requer tempo para ser executado e para produzir efeitos. Nesse caso, se vier a ser afastada a hipótese de que através do setor externo (comércio, empréstimos e investimentos) se financie rapidamente a reestruturação produtiva, impor-se-á a necessidade de um programa integral de política econômica.

Em síntese, para os não monetaristas, a questão da política é essencial e permanente, e sua presença será sempre maior nos países em desenvolvimento do que naqueles já plenamente industrializados. Ainda que, também aí, com a exceção parcial do mundo anglo-saxão, a questão da vontade política organizada e a do próprio papel do Estado permaneçam decisivas em todas as mudanças mais profundas de suas trajetórias econômicas. A política é o espaço da manifestação de interesses perfeitamente legítimos, e a ação dos governos deve ser no sentido da negociação e da organização desses interesses em torno a projetos que permitam o avanço coletivo.

Para alguns, portanto, a "política" é um obstáculo; enquanto para outros, ela é o único lugar onde se pode encontrar as soluções coletivas. Para os liberais, foi sempre um objetivo reduzi-la ao máximo para evitar que ressurgisse mais à frente, prejudicando o livre funcionamento do mercado, esquecendo-se que a política não só deve, como será sempre, o "locus" privilegiado em que se define a direção ética da sociedade e de seu desenvolvimento.

Mas, convenhamos, é verdadeiramente surpreendente perceber, neste momento da vida política, econômica e intelectual brasileira, que as "pílulas do Dr. Jacobson" dos anos 50 e os termos dessa polêmica sobre o papel econômico da política são tão antigos na América Latina quanto a mal-fadada "linguagem anacrônica" dos nacionalistas. "Plus ça change, plus c'est la même chose".

Bibliografia

- FISCHER, S. & HUSAIN, I. (1990). Managing the debt crisis in the 1990's. *Finance & Development*, June.
- FRIEDMAN, M. (1963). *Inflation: cause and consequences*. (Conferência feita em Bombaim).